

"O Brasil tem agora cerca de 37 milhões de órfãos políticos"

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

Ao tentar explicar a eleição presidencial brasileira para a platéia de norte-americanos que se reuniu para ouvi-lo na New York University nesta semana, o "brasilianista" Ronald Schneider, professor de Ciência Política no Queens College, procurou ser claro e didático.

"Muitos especialistas, mesmo brasileiros, estão dizendo que no segundo turno tudo recomeça do zero", estranhou. "Mas na verdade nós começamos com o fato de que Fernando Collor de Mello está a 8,5 milhões de votos de distância dos cerca de 35 milhões de votos que precisa para vencer. Na base da votação que recebeu no primeiro turno, ele parte de 60% do que necessita para ganhar. Luiz Inácio Lula da Silva começa com 35% do que precisa, e isso não é começar empatado."

Schneider, que no momento trabalha simultaneamente em dois novos livros sobre o Brasil, vai além. "Lula precisa de quase todos os votos obtidos por Leonel Brizola e Mário Covas no primeiro turno; Collor só precisa de uma parcela deles", raciocina. "É curioso que o Brasil tem agora cerca de 37 milhões de órfãos políticos, cujos candidatos no primeiro turno não passaram para a disputa final. E a eleição será decidida não por quem adotar esses órfãos, mas por quem esses órfãos adotarem", brincou.

O professor do Queens College, que também edita a série de livros sobre a América Latina Contemporânea da Westview Press, fez em seguida um paralelo entre a situação da esquerda brasileira hoje e a da esquerda francesa no final dos anos 70.

"O Partido Socialista de François Mitterrand começou a crescer, e esmagou o Partido Comunista no processo", recorda. "Algo semelhante pode impedir Lula de obter agora no Brasil os votos, por exemplo, do PDT. Porque o avanço do PT significa, provavelmente, o adeus do PDT ao seu próprio futuro." Enquanto isso, acrescenta, "os votos de Paulo Maluf e Guilherme Afif Domingos tendem a ir quase automaticamente para Collor, simplesmente para evitar a vitória do PT".

Então, resumindo suas notas sobre os dados, Schneider conclui que "na minha opinião, Lula não vai ser eleito". Mas ele prevê uma "guerra das estrelas" na disputa do governo de São Paulo em 1990 entre o próprio Lula, Mário Covas, Paulo Maluf e talvez Afif Domingos.

Mas se Lula fosse eleito talvez fosse mais fácil renegociar a dívida externa, raciocina outro "brasilianista", Warren Dean, professor da New York University, cujo livro "A Industrialização de São Paulo" foi lançado pela Difel no Brasil. Ele passou os últimos seis meses assistindo à campanha eleitoral no País e retornou a Nova York sem uma clara idéia das propostas dos candidatos, especialmente no caso de Collor.

"Se Lula ganhar, o governo dos Estados Unidos e de outros países vão reagir mais em função da dívida externa", avalia Dean, "mas a situação da dívida já está tão desastrosa que dificilmente poderá ficar muito pior. Os títulos da dívida brasileira são agora vendidos no mercado por cerca de 20 centavos por dólar, não é?"

A eventual vitória de Lula, a seu ver, "pode ser capaz de derrubar o preço dos títulos para 10 centavos por dólar, o que tornará mais barato pagar a dívida do que pagar os juros. E acho que será uma boa idéia. O governo brasileiro poderia então autorizar suas companhias estatais a recomprar dívida, e usar testas-de-ferro para acelerar o processo de recompra no mercado secundário".

Warren Dean entende que o candidato mais conservador, Fernando Collor, será diferente do presidente José Sarney "pelo menos no sentido de ter sido legitimamente eleito". Mas adverte que "qualquer que seja o novo presidente, ele não poderá governar sem amplo suporte no Congresso. E isso força a coalizão de grupos, como aconteceu com o PMDB, o que dificulta a execução de um programa de governo coerente".

O primeiro "brasilianista" a prever que Lula tinha uma chance real de vencer neste ano foi Kenneth Paul Erickson, professor do Hunter College e autor de uma História do Sindicalismo Brasileiro, lançada no

Brasil pela Editora Paz e Terra. Mas, com a cabeça em outros projetos no momento, ele não quis fazer previsões sobre o segundo turno.

"Meu comentário sobre Lula foi simplesmente uma análise estatística a respeito de uma eleição com mais de vinte candidatos", disse Erickson a este jornal, "entre os quais ele é evidentemente um candidato interessante. Agora a campanha tende a se polarizar entre a esquerda e a direita."

Erickson prefere passar a palavra a Margareth Keck, uma professora da Universidade de Yale que está terminando um livro a partir de sua tese de doutorado sobre o PT. Pouco antes de arrumar as malas em New Haven para assistir ao segundo turno da eleição no Brasil, a professora Keck disse a este jornal que é inadequado aplicar rótulos europeus a partidos brasileiros, como "socialista" ou "social-democrata".

"Creio que o PT, particularmente nos últimos anos, passou a reconhecer que o socialismo não vai ser implantado no Brasil por decreto, de um dia para o outro", diz ela. "Há uma série de reformas que o partido quer implementar, mas dentro de um contexto democrático."

Eles não vão chegar lá e decretar uma economia socialista. Aliás, eles não poderiam fazer isso no Brasil, mesmo que quisessem."

A professora Keck acredita que o PT se tornou politicamente sofisticado o suficiente para reconhecer que necessita de coalizões mesmo para fazer as reformas que seu programa prevê.

E o fato de haver divisões internas no partido, em sua opinião, não o distingue de outros partidos brasileiros, como o PMDB. A diferença está para ela em que "o PT é internamente mais democrático que outros partidos brasileiros, e as divergências aparecem mais porque há mais debate interno".

"As divergências do PT aparecem porque há mais debate interno"

A idéia de que o PT e suas propostas socialistas se propõem a erguer muros quando os países socialistas estão derrubando muros, e que, portanto, esse partido representaria o passado e Fernando Collor o futuro, simplesmente não a convence. "Se você ler a cobertura das eleições no jornal inglês 'Financial Times', por exemplo, verá que eles descrevem Collor como o passado, e Lula e Mário Covas como o futuro", pondera.

Margareth Keck começou a estudar o PT em 1981, e nos primeiros cinco anos vivia se indagando se não estava estudando um assunto que jamais seria importante. "É surpreendente ver como o PT chegou tão longe em dez anos", assinala. "De repente ficou muito mais respeitável estudar o PT..."

Ela observa, enfim, que está havendo uma confusão entre "socialismo" e as reformas econômicas e sociais do programa do PT. "Poucas pessoas discordam hoje que o Brasil não pode continuar a ter o tipo de redistribuição de renda, educação e nível de pobreza que tem hoje, se quiser continuar a se desenvolver seriamente", afirma.

Mas quando as pessoas se referem ao movimento atual na Europa do Leste, onde a população quer mudanças, "em geral se esquecem de notar que tipo de mudanças ela pede. São de dois tipos. Uma é a massiva intervenção estatal na vida política, que torna a democracia impossível. Nisso eu creio que o PT está de acordo. A outra é a desestatização da economia, e o PT está evoluindo para a posição de que o Estado não é a solução para tudo na economia", compara a professora de Yale.

Margareth Keck conclui notando que a situação econômica é difícil no Brasil o suficiente para deixar pequena margem de manobra para o próximo presidente, qualquer que seja ele.

Ela entende que terá de haver algum tipo de coalizão para governar, "e será mais difícil para Lula fazer coalizões, porque seu partido rejeita a tradicional via do clientelismo para organizá-las".